

PRODUÇÃO DE CUIDADO COM ADOLESCENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO

PRODUCTION OF CARE FOR ADOLESCENTS IN FOSTER HOMES

Recebido em: 05/11/2025

Aceito em: 17/04/2026

Publicado em: 07/07/2026

Naianny Sthefanny Souza Mendes¹ 
Universidade de Pernambuco

Ana Maria de Santana² 
Universidade de Pernambuco

Resumo: Este estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre o cuidado com adolescentes em contexto de Proteção Social Especial. Elege o acolhimento institucional de adolescentes como via de reflexão, a partir da experiência de profissionais atuantes na Proteção Especializada de Alta Complexidade. Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa de natureza fenomenológica. Participantes do estudo: Profissionais da equipe técnica de uma unidade de acolhimento institucional para adolescentes: psicóloga e assistentes sociais, de modo a oferecer reconhecimento e legitimidade da experiência protagonizada. A Entrevista Narrativa e o Diário de Campo da pesquisadora serviram como instrumentos para a coleta dos dados. Na análise, foi eleita a noção de compreensão interpretativa da Hermenêutica de Gadamer para o entendimento dos dados recolhidos. Os resultados evidenciaram lacunas significativas nas práticas de atenção à saúde mental de adolescentes acolhidos, ressaltando a necessidade de uma análise crítica dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais que permeiam as intervenções. Observa-se que os manuais, diretrizes e roteiros de atendimento não contemplam, integralmente, particularidades da realidade dos assistidos, demandando uma reflexão teórico-clínica na implementação de práticas contextualizadas e efetivas. Nesse sentido, reacende-se o fortalecimento do fluxo na rede e a articulação entre equipamentos que promovem uma atuação integrada na garantia dos direitos do adolescente institucionalizado, assim como, o compartilhamento de experiências entre profissionais envolvidos, favorecendo a corresponsabilização e intervenções conjuntas às famílias, potencializando a oferta do cuidado e a efetividade das ações de amparo.

Palavras-chave: Proteção Especializada de Alta Complexidade; Produção de Cuidado em Instituições de Acolhimento; Saúde Mental de Adolescentes Acolhidos.

Abstract: This study contributes to expanding knowledge about care for adolescents in the context of Special Social Protection. It selects institutional sheltering of adolescents as a point of reflection, based on the experience of professionals working in Highly Complex Specialized Protection. This is a qualitative study of a phenomenological nature. Study participants: Professionals from the technical team of an institutional shelter unit for adolescents psychologist and social workers in order to offer recognition and legitimacy to the experience portrayed. The Narrative Interview and the Researcher's Field Diary were used as instruments for data collection. For the analysis, Gadamer's notion of interpretative understanding from Hermeneutics was chosen to interpret the collected data. The results revealed significant gaps in mental health care practices for sheltered adolescents, highlighting the need for a critical analysis of the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operational aspects that permeate interventions. It is observed that manuals, guidelines, and care protocols do not fully address the particularities of the reality of those assisted, demanding theoretical-clinical reflection in the

¹ Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Pernambuco (UPE). Pós-Graduada em Psicologia Clínica Unifavip/Wyden. Mestra em Psicologia-Práticas e Inovação em Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professora Assistente do Curso de Psicologia e de Enfermagem da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde. E-mail: naianny_mendes@hotmail.com

² Doutora em Psicologia Clínica pela UNICAP com Pós-Doutorado em Fenomenologia Hermenêutica pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora Adjunta do Curso de Medicina da Universidade de Pernambuco; Coordenadora do Mestrado Práticas e Inovação em Saúde Mental da Universidade de Pernambuco. E-mail: ana.santana@upe.br

implementation of contextualized and effective practices. In this sense, the strengthening of network flow and the articulation between services is reignited, promoting integrated action to guarantee the rights of institutionalized adolescents, as well as the sharing of experiences among involved professionals, favoring co-responsibility and joint interventions with families, thus enhancing the provision of care and the effectiveness of support actions.

Keywords: Highly Complex Specialized Protection; Care Production in Shelter Institutions; Mental Health of Sheltered Adolescents.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo aprofundar o entendimento acerca da promoção do cuidado direcionado a adolescentes em contextos de Proteção Social Especial. Para tanto, fundamenta-se na compreensão das experiências de profissionais atuantes em contextos de Proteção Especializada de Alta Complexidade em uma unidade de acolhimento institucional vinculada à Secretaria de Assistência Social, localizada em Arcoverde, no interior de Pernambuco.

Na assistência psicológica da unidade de acolhimento institucional onde foi realizada a pesquisa, a principal motivação para o acolhimento de adolescentes é a presença de transtornos mentais nos genitores ou responsáveis. Em diversos casos, o tempo de permanência dos adolescentes ultrapassava o limite estabelecido pela legislação vigente. Nesse contexto, evidencia-se a ausência de articulação intersetorial eficaz entre a Secretaria de Assistência Social e a Rede de Saúde Mental, o que compromete a integralidade do cuidado. A ausência de trabalho articulado entre esses setores potencializa dificuldades na assistência aos adolescentes e seus familiares, dificultando a implementação de estratégias integradas e eficazes.

De acordo com Rizzini (2007), o atendimento a adolescentes em serviços de acolhimento no Brasil, remete ao período colonial, tendo em vista que, ao longo dos anos, as ações voltadas ao cuidado e proteção de adolescentes em situação de abandono passaram gradativamente por um processo de transformações - domínio da igreja às entidades filantrópicas e posteriormente, tornando-se da responsabilidade do estado. Entretanto, as crianças e adolescentes só foram considerados como sujeitos de direito, a partir da promulgação da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, descrita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê a desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de abandono. Antes dele, havia uma prática de institucionalização arbitrária. Na opinião de Santos (2013):

O mérito do ECA foi o de criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de Direito, Juízes da Infância e da Juventude, cabendo, ao Conselho Municipal, definir as políticas de atendimentos, ao Conselho Tutelar, a sua execução (Santos, 2013, p. 4).

Cumprido destacar que o ECA estabeleceu novas concepções acerca da adolescência, os reconhecendo como pessoas de direito. Nesse contexto, enfatiza-se a importância de sua convivência e proteção no âmbito familiar de origem, reforçando que a condição de pobreza, de modo algum, constitui justificativa para o afastamento ou suspensão do exercício do poder familiar. Ressalta-se, ainda, que cabe ao Estado a responsabilidade de proteger e assistir aqueles que necessitam de atenção e amparo.

A legislação brasileira preconiza que toda criança e adolescente tem direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade. Nesse sentido, os serviços de acolhimento passaram a ser compreendidos como medida protetiva e de caráter excepcional (Lei n. 8.069/90). O encaminhamento da criança e do adolescente ao serviço de acolhimento só irá ocorrer quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção na família de origem, na família extensa ou na comunidade. Nessa compreensão, as instituições de acolhimento passam a exercer, temporariamente, funções voltadas para o desenvolvimento juvenil. Por se caracterizar como uma medida de vigor temporário e excepcional, tanto os profissionais quanto às instituições que compõem a rede de proteção, a exemplo: o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), devem desenvolver ações conjuntas no intuito de restabelecer o direito à convivência familiar e comunitária do adolescente que se encontra em acolhimento institucional.

Importa realçar que há certa disparidade no que diz sobre o tempo de acolhimento. De acordo com Rosa *et al.* (2012), as instituições de acolhimento terão um caráter transitório além de excepcional, mas a realidade brasileira mostra-se muito distante do previsto em lei quando se avalia o tempo de acolhimento. No Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, Silva e Aquino (2004) revelam que o tempo de permanência nas instituições de mais da metade (52,6%) das crianças e adolescentes acolhidos foi superior a dois anos. Algumas crianças chegaram a estar no processo de acolhimento há mais de seis anos.

Em vista desta problemática, foi desenvolvido o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2006), que institui um marco político-legal, no sentido de fragilizar a cultura da institucionalização.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) prevê a implementação de ações

voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, considerando-os como componentes essenciais da proteção social junto à articulação da atenção em saúde mental como um caminho para reintegração do adolescente no cerne familiar.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabeleceu parâmetros nacionais para a composição de equipes que deveriam compor os serviços de acolhimento, de modo que exercessem sua função protetiva e de restabelecimento de direitos, viabilizando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A composição dessa equipe é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução n. 130, 2005 do CNAS) a qual determina que deve ser formada, por psicólogo e assistente social.

Nesse propósito, a referida equipe elabora planos de atendimento que abrangem tanto o indivíduo quanto sua família, visando orientar as intervenções necessárias de acordo com as demandas de atenção apresentadas. Conforme previsto no Manual de Orientações Técnicas, os serviços de acolhimento destinados a Crianças e Adolescentes incluem, entre suas ações principais, a elaboração de planos de atendimento que promovam o fortalecimento da autonomia das pessoas acolhidas, preparando-as para o eventual desligamento do serviço. Além disso, são implementadas ações voltadas ao desenvolvimento saudável da criança e do adolescente durante o período de acolhimento, bem como a realização de escuta qualificada da criança, do adolescente e de sua família, com o propósito de ampliar os horizontes interventivos e atender de forma mais efetiva às suas demandas. Nessa vista, *interroga-se o que se apresenta como escuta qualificada nos protocolos que determinam as atuações em instituições de acolhimento?*

É fundamental destacar que as políticas de assistência, especialmente aquelas relacionadas às ações de proteção especial de alta complexidade, como os serviços de acolhimento, encontram-se em contínuo processo de reestruturação. Essas reordenações estão evidenciadas na Lei de Adoção nº 12.010, vigente desde 4 de novembro de 2009, a qual dispõe que toda criança e adolescente em acolhimento deve passar por uma reavaliação da sua situação psicossocial a cada seis meses; estabelece o limite máximo de dois anos para o período de acolhimento; prioriza a manutenção ou reintegração do adolescente na sua família de origem e garante a realização de escuta profissional da criança ou adolescente.

Nesse contexto, questiona-se: *na prática da intervenção psicológica em unidades de acolhimento institucional, de que maneira o sofrimento humano está sendo considerado à luz dessas diretrizes de atenção recomendadas?* Além disso: *Como vêm sendo compreendidas as*

demandas de familiares de adolescentes acolhidos em instituições que apresentam transtornos mentais?

Esta comunicação propõe uma compreensão acerca do processo de institucionalização de adolescentes, realçando as diretrizes da proteção social, que por vezes, não conseguem abranger a complexidade da experiência de sofrimento dessas pessoas, as quais demandam uma atenção especializada e diferenciada. Nesse sentido, busca-se contribuir com a promoção de cuidado junto a adolescentes em situação de Proteção Social Especial, revisando as abordagens de atenção psicológica no contexto social e promovendo uma análise interseccional na rede de saúde mental. Ademais, propõe-se uma reflexão sobre estratégias de cuidado, considerando as atuações de psicólogos e assistentes sociais envolvidos no acompanhamento de adolescentes em situação de acolhimento institucional. Nesse propósito, entende-se que o estudo se mostra inovador, sobretudo por promover a construção de conhecimentos alinhados à abordagem fenomenológica, a qual põe a vista dimensões ontológicas do existir humano, perspectiva frequentemente ausente em pesquisas com temáticas sociais. Nesse sentido, o percurso metodológico adotado teve como lume a perspectiva da análise existencial de Heidegger, cuja ressonância pode iluminar e enriquecer o campo da intervenção clínica. Desse modo, reacende-se o diálogo entre a pesquisadora e as narrativas de profissionais do campo da assistência, com o objetivo de revisitar e refletir sobre o significado da prática no contexto da atenção na proteção social de alta complexidade junto a adolescentes. A partir das entrevistas e conversas com os participantes da pesquisa, foram incorporadas as contribuições do estudo voltadas às políticas públicas pertinentes, com o intuito de fortalecer a promoção do cuidado direcionado ao adolescente que demanda atenção nessas unidades. Por fim, são consideradas possibilidades de *des-fecho* acerca dos aspectos revelados ao longo do processo investigativo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico eleito à compreensão da experiência de profissionais que trabalham em unidades de acolhimento de adolescentes, nesta investigação veio da Pesquisa Qualitativa à luz dos pressupostos fenomenológicos existenciais. De acordo com Minayo e Guerriero (2014), a Pesquisa Qualitativa é indicada para o estudo de fenômenos e processos que não podem ser instrumentalizados como variáveis, tais como: motivos, significados, aspirações, valores, crenças e atitudes. Busca compreender instâncias da singularidade humana, não mensuráveis por qualquer cálculo, não podendo universalizá-las. Na concepção de Flick (2009) a Pesquisa Qualitativa não é direcionada por uma única teoria ou metodologia, considera

a subjetividade do pesquisador e dos participantes como parte constituinte da produção do conhecimento. Nessa perspectiva, o autor acrescenta: As reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões, irritações, sentimentos, etc., tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação (Flick, 2009, p. 25).

Ademais, este estudo recorre aos indicativos formais da Analítica Existencial como subsídio para compreender as práticas exercidas e propor novas orientações possíveis. No campo da Proteção Social de Alta Complexidade, as demandas em saúde mental surgem rotineiramente para diversos profissionais. Este estudo conta com a possibilidade de evidenciar significados atribuídos por eles à experiência clínica no âmbito da saúde mental.

A Fenomenologia Existencial possibilita compreender o que se mostra ao pesquisador a partir da sua abertura compreensiva. Não possui caráter teórico explicativo, nem se apresenta como modelos do agir clínico; possui indicativos formais que anunciam dimensões ontológicas do ser humano, úteis ao pensamento científico. Desse modo, é refratária a métodos que procuram categorizar, mensurar e classificar fenômenos humanos. Logo, caracteriza-se como norte que auxilia o pesquisador a percorrer trilhas investigativas na busca do sentido ao que se apresenta em sua abertura, não recorrendo a representatividade (Barreiros; Morato, 2017).

A análise existencial fundamenta-se na originalidade do diálogo com as próprias coisas, afastando-se das construções artificiais frequentemente empregadas em disciplinas teóricas. O conceito de fenômeno refere-se àquilo que se revela ou se manifesta por si mesmo, representando a totalidade do que é perceptível ou acessível à luz da experiência. Assim, busca-se compreender o que se evidencia na experiência. Fenomenologia diz sobre: “Deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo – sentido formal da pesquisa que traz o nome fenomenologia” (Heidegger, 2012, p. 105). Nesse contexto, na pesquisa qualitativa de orientação fenomenológico-existencial, em vez de se configurar como um procedimento padronizado, ele representa uma abordagem que privilegia a maneira pela qual o fenômeno é revelado e tematizado, ou seja, a forma como o ente é trazido à luz da experiência e compreendido em sua essência.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A Entrevista Narrativa e o Diário de Campo da pesquisadora foram os instrumentos metodológicos selecionados. A entrevista narrativa “constitui um método de coleta de dados qualitativos, no qual o participante relata suas experiências relacionadas a um tema específico

de interesse da pesquisa, mediante solicitação do pesquisador” (Flick ,2009). O estudo teve a seguinte questão disparadora: *“Você poderia me falar sobre sua experiência em uma unidade de acolhimento para adolescentes?”*.

A Entrevista Narrativa caracteriza-se como ferramenta que possibilita a emergência de histórias vividas pelo pesquisando e de sua interação no contexto delas. Por meio das narrativas, foi possível ter acesso ao anúncio da experiência de atuar em uma unidade de acolhimento. A Entrevista Narrativa não está interessada na veracidade do que está sendo narrado, mas na elaboração da experiência profissional em uma unidade de acolhimento de adolescentes. O Diário de Campo, como instrumento metodológico, de acordo com Minayo consta de:

[...] informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais (Minayo, 1993, p. 100).

O estudo foi realizado em uma instituição de acolhimento vinculada à Secretaria de Assistência Social, localizada na cidade de Arcoverde, no Sertão de Pernambuco. Essa unidade é dedicada ao atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade, que estão afastados do convívio familiar e comunitário. As participantes deste estudo foram profissionais da equipe técnica da instituição, incluindo psicólogas e assistentes sociais, com o objetivo de conhecer as experiências vivenciadas por esses profissionais. Os critérios de inclusão para participação foram: estarem atuando ou já terem atuado em Instituições de acolhimento voltadas para adolescentes. Os critérios de exclusão foram: profissionais da amostra diagnosticados com transtornos mentais. A pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS), sob o parecer CAAE: 51311321.5.0000.0128.

É importante informar que o estudo teve início com a participação de quatro psicólogas e três assistentes sociais que aceitaram o convite para contribuir nesta pesquisa. No entanto, as psicólogas não permaneceram na investigação, atribuindo sua saída à pandemia. Dessa forma, a pesquisa seguiu apenas com as assistentes sociais e, com o objetivo de preservar a identidade das profissionais, foram utilizados nomes fictícios – Lírio, Orquídea e Lavanda. Durante a entrevista, a pesquisadora levou canetas, a Carta de Anuência autorizando a realização da pesquisa no local indicado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e um gravador de voz. Após a coleta, as narrativas foram transcritas e literalizadas. Em um encontro posterior, as narrativas foram devolvidas as participantes para que confirmassem ou ajustassem

suas comunicações, podendo acrescentar ou retirar informações. Somente após essa etapa, os dados narrativos foram analisados seguindo os princípios da hermenêutica de Gadamer. Ao final da análise, as gravações foram devidamente arquivadas.

ANÁLISE DOS DADOS

Na procura de compreender a experiência das profissionais colaboradoras do estudo, foi eleito o diálogo com as narrativas das participantes, na busca de evidenciar a prática em Unidades de Acolhimento. A escuta do que se oferece no dizer, possibilita aberturas de sentido que (re)desenham atuações nesse âmbito. Optou-se por dialogar com cada uma das narrativas, tendo em vista que cada colaboradora tem referência singular ao que foi experienciado. Nessa vista, optou-se pela abordagem interpretativa fundamentada na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, a fim de compreender o que se mostra relevante à investigação.

Segundo Denzin (2006), a hermenêutica gadamariana é uma das posturas epistemológicas que favorece a investigação qualitativa. Nesse viés, é acentuado que a compreensão e a interpretação são fenômenos da experiência do mundo. Parte das noções heideggerianas de que a palavra tem permanente reserva, que a linguagem leva algo à luz, à *des-ocultação*, onde o objeto da experiência se constitui.

[...] a compreensão na interlocução entre pesquisador e colaboradores, não sendo ela decorrente de uma tarefa controlada por procedimentos de análise; diz respeito a uma interpretação que se realiza ao que é trazido pela linguagem. Nesse modo, conhecer acontece na articulação de uma compreensão originária, em que as coisas já estão descobertas. Os aspectos sociais e históricos são vistos como vetores importantes que atravessam a compreensão do pesquisador, levando a novas aberturas na interpretação (Denzin, 2006 *apud* Santana, 2017, p. 72).

Através do diálogo há proximidade de horizontes que se fundem e ao mesmo tempo preserva o que se mostra em singularidade nos círculos hermenêuticos. Desse modo, engendra-se abertura para novas compreensões sobre o vivido nas práticas de atenção em saúde mental.

DISCUSSÃO

Na coleta de dados evidenciou-se uma constelação de sentidos sobre o fazer junto ao adolescente em unidades de acolhimento. Para Benjamin, "a narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele" (Benjamin, 1994, n.p.). Nesse sentido, cria-se, portanto, uma colcha de *retalho/sentido* através das narrativas onde encontra-se nexos importantes da trama de atuações de profissionais. De

início, é possível ver o quanto a prática encontra-se norteadas por modelos técnicos de estar com o outro, as intervenções demandam um roteiro a seguir de uma política para resguardar métodos e diretrizes enquanto guias no saber-ofício. Observa-se no Diário de Campo:

Nos manuais de orientações para os técnicos que atuam no serviço de acolhimento, encontrei diversas diretrizes, leis e orientações, entretanto ao chegar na casa de acolhida me surpreendi, as pessoas lá não possuíam experiência alguma; as cuidadoras não tinham paciência nem capacitação para lidar com os adolescentes acolhidos e o local não possuía estrutura mínima para realizar um acompanhamento (Mendes, 2022, p. 47).

No que foi dito, interroga-se a formação profissional em contextos acadêmicos, no lidar com a experiência do sofrimento humano. Vem à vista as afirmações de Arendt (1995) quando realça a condição humana no que diz respeito a meios que o homem impõe a si mesmo para sobreviver, condicionado e condicionante, seja por meio de sentimentos, pensamentos, seja pelo contexto histórico-cultural vivido.

Nesse contexto, é possível inferir que a tradição inserida nos ambientes acadêmicos e profissionais, decorrentes dos determinantes históricos e epocais, exerce uma influência relevante nas atuações em lidar com o sofrimento do outro. Hannah Arendt (2008) nos lembra que ação é o meio pelo qual as pessoas se distinguem uns dos outros. Essa distinção manifesta-se por meio do discurso e das ações realizadas em nossas tarefas cotidianas. Dessa forma, ação e discurso configuram-se como elementos essenciais que possibilitam a manifestação do sujeito conforme a compreensão da autora.

Nessa compreensão, a dimensão política se configura como o espaço propício para um saber-fazer em casas de acolhimento para adolescentes, considerando o que se revela nas relações de sua esfera pública. O sentido de polis na concepção grega, diz sobre uma dimensão de trocas entre humanos, desprovida de poder sobre o outro, seja por meio do conhecimento ou por hierarquia financeira. Neste âmbito político, o outro se manifesta protagonista nas relações estabelecidas. Arendt afirma:

Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privacidade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes. A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (Arendt, 2008, p. 60).

Percebemos que as atividades desempenhadas em unidades de acolhimento mostram-se particularmente desafiadoras, sobretudo pelo fato dos profissionais serem demandados a

cumprir rigorosamente diretrizes estabelecidas nos manuais de orientação institucional. Nesse sentido, há uma dupla exigência: por um lado, a instituição requer dos profissionais uma atuação compatível com as políticas de proteção vigentes; por outro, os profissionais esperam que a instituição atenda às suas expectativas fundamentadas na formação acadêmica adquirida.

Nas práticas, busca-se atender às expectativas de uma atuação adequada aos ritos institucionais, ao mesmo tempo em que se enfrenta a insuficiência de recursos físicos e ambientais. Frequentemente, o profissional de casa de acolhimento encontra-se em uma busca incessante por capacitações que possam consolidar o seu saber-fazer, conforme relatado em pesquisa anterior em Diário de Campo.

Lembro que por ser o início da minha trajetória, procurava constantemente por capacitações, manuais e técnicas que pudessem assegurar um modo de fazer. Nessa época, via nas teorias e manuais de orientação uma segurança para respaldar minha atuação e por vezes tendo a impressão de que estava sendo “engolida” pela Política de Proteção de Alta Complexidade e por tantas orientações que pautavam a prática (Mendes, 2022, p. 49).

Nesse horizonte, esse pensamento corresponde ao apresentado por Lírio:

[...] não tinha experiência alguma com o serviço de alta complexidade, não me recordo de ter ouvido na minha formação e se teve foi muito por cima. [...] o quanto o sistema é falho enquanto a capacitação dos profissionais né, desse serviço, porque às vezes o trabalho não fica qualificado [...] (Mendes, 2022, p. 49).

Em outro momento, Orquídea demonstra uma certa preocupação ao mencionar a sua inexperiência e as limitações estruturais do seu ambiente de trabalho:

É árduo, até porque é tudo misturado meninas e meninos, e na minha formação como Assistente Social, não tive nenhuma cadeira que falasse sobre o assunto e nem estágios na área, minha maior experiência era na saúde, aí fui parar na assistência, no abrigo, que não tem estrutura, não tem espaço, não tem lazer, não tinha como fazer uma oficina, aí era só eles e uma televisão, não tinha o que trabalhar, o lazer deles era ver tv (Mendes, 2022, p. 49).

Diante do que foi informado, observamos no trabalho em unidades de acolhimento para adolescentes, a existência de um excesso de diretrizes nos manuais que orientam a prática, bem como a insuficiência de experiência decorrente de lacunas na formação profissional, assim como ausência de uma estrutura mínima adequada para o desenvolvimento das tarefas, como informa Lavanda: “A falta de estrutura, não tem espaço, não tem lazer, e os adolescentes vivem

fugindo e eu entendo eles, sabe, um lugar que não é a casa deles, que muitas vezes eles se sentem abandonados” (Mendes, 2022, p. 49).

Essa narrativa favorece a compreensão de que as unidades de acolhimento, muitas vezes, limitam-se a atender às necessidades básicas do adolescente. No entanto, a forma como os adolescentes lidam e atendem aos desafios na vida, ou seja, sua existência de estar inserido no mundo junto a outros, parece não ser devidamente valorizada nos protocolos de atenção voltados a eles.

Nesse horizonte reflexivo, importa compreender como vem sendo elaborado o sentido de "formação". Nos diálogos com profissionais, em pesquisa recente, Mendes (2022), entende que formação diz respeito a algo finalizado, no sentido de que se deve sair preparado para lidar com demandas complexas de sofrimento em unidades institucionais de acolhimento. Noutro viés, *formação* pode ser compreendida como um processo da experiência no cerne das práticas, em que se vê modos existenciais de um *poder-ser* humano em seu *dever*, portanto, formação profissional encontra-se sempre inacabada. Além dessas possibilidades compreensivas, reiteramos a ideia de que a concepção de formação profissional cabe diferentes interpretações, dependendo do horizonte teórico de onde se origina. Segundo Heidegger (2001), nosso modo contemporâneo de elaborar sentidos ao que se mostra na experiência – a técnica moderna – diz de um *des-encobrimento* típico da era moderna em que estamos a exercer.

Na concepção heideggeriana, ao se recorrer a técnica, participa-se da dis-posição, como um modo de desencobrimento. “Quando nas pesquisas e investigações o homem corre atrás da natureza, considerando-a um setor de sua representação, ele já se encontra comprometido como uma forma de desencobrimento” (Heidegger, 2001, p. 22). Nessa compreensão, Heidegger realça duas modalidades do pensar humano: calculabilidade e meditação. O filósofo entende que meditar difere do pensar moderno que recorre ao cálculo como modo de explicar fenômenos, indica o perigo que a humanidade se expõe ao exercer o pensamento que mensura entes intramundanos; lembra que o ser do homem já é abertura para o que lhe vêm ao encontro, desse modo, reacende o pensar que medita, aguardando o que se mostra na experiência a maneira humana. Na concepção de Feijoo (2012):

Esse filósofo refere-se ao abandono do pensamento meditante, característico da modernidade, como falta de pensamento. Diz que no pensamento calculante o homem acredita na razão como perfeição, considerando-se sagaz e proficiente, e ainda que, através de seus cálculos, pode prever e controlar tudo à sua volta. Quando esta forma de pensar predomina, dão-se as objeções com relação ao meditar, que passa a ser considerado como superficial e, portanto, não dá conta da realidade, e que, além disso, não tem nenhuma utilidade de caráter prático. Acredita o homem da ciência que, por

se tratar de uma meditação, este modo de pensar faz-se pequeno frente ao pensamento que calcula (Feijoo, 2012, p. 207).

Nessa perspectiva, percebemos que alguns profissionais na abordagem de adolescentes, encontram dificuldades quando utilizam compreensões técnico-explicativas nas práticas de atenção, parecem não acolher o que se mostra nas narrativas de sofrimento dos adolescentes. No cotidiano dos serviços de acolhimento, o que é proposto nas normativas e diretrizes das políticas públicas, revela não ser efetivado, como comunica Mendes (2022) em recente pesquisa:

É importante pontuar que alguns adolescentes iam para casa de acolhimento tendo como motivo o adoecimento mental de seus responsáveis, por vezes, eu tentava articular com a rede de saúde mental do município, com o objetivo de trabalhar a família para, posteriormente, inserir os adolescentes no cerne familiar. Infelizmente, me deparei com o despreparo e o descompromisso de profissionais que por vezes dificultavam o trabalho articulado. Até mesmo a rede socioassistencial se limita a cumprir o que está proposto em manuais e políticas públicas, sem tanto referenciar dimensões existenciais da experiência da dor existencial, em Unidades de Acolhimento (Mendes, 2022, p. 51).

Nesse sentido, um dos participantes do estudo, comunica a dificuldade em lidar com o que é proposto em procedimentos:

Interessante que a rede de proteção ela é furada, se fala tanto em trabalho articulado com outras políticas, articulação com a justiça, com a saúde, com o Conselho Tutelar, mas quando a gente vai pra prática, para luta do dia a dia, as coisas não funcionam (Lavanda *apud* Mendes (2022, p. 51).

O trabalho articulado implica em pensar que os serviços de proteção são resolutivos, de qualidade, envolvidos na rede de proteção, responsáveis pelo cuidado ofertado ao adolescente acolhido e a sua família. Entretanto, como foi comunicado em narrativas de profissionais que exercem atividades em casas de acolhimento, essa busca pela resolutividade parece não envolver dimensões do existir do adolescente assistido em uma unidade de acolhimento.

[...] Tem adolescente que está acolhido aqui a mais de 5 anos, a justiça fica de marcação cerrada na gente para que essas crianças sejam integradas novamente na família, mas tipo, os responsáveis têm transtorno mental e a secretária de saúde, por mais que a gente tente, não trabalha de forma articulada para que esses adolescentes tenham seus vínculos familiares fortalecidos, aí já viu, as coisas parecem que não funcionam (Mendes, 2022, p. 51).

Acompanhando o dizer narrativo, grande parte das ações profissionais em unidades de acolhimento precisam ser pautadas numa agilidade que favoreça o adolescente a passar o menor tempo possível na instituição, vez que não se encontra em abrigos, referências pessoais de quem se mostra lançado singularmente na facticidade do existir junto a outros na condição assistida. Negligencia-se o reconhecimento de seu protagonismo na vida e de suas demandas por ser ele um ator *des-filiado* no cenário social:

[...] Um adolescente falou sobre o fato de nunca ter tirado uma foto e que quando ele se tornasse adulto não teria nenhuma lembrança para mostrar aos seus filhos ou se lembrar de como era. Esse fato, sinalizou que, por vezes, a assistência dada a esses adolescentes limita-se ao que abrange as condições básicas de sobrevivência, tais quais alimentação, educação e segurança, algo que ainda me remete a cultura do assistencialismo, e a atenção voltada ao modo de existir em uma casa de acolhimento não são evidenciadas (Mendes, 2022, p. 52).

Nesse caminhar compreensivo, a experiência de estar junto aos adolescentes acolhidos anuncia:

um lugar que não é a casa deles, que muitas vezes eles se sentem abandonados, tem uns que tem a autoestima lá embaixo, sem contar no medo que eles têm em criar vínculos, seja com os cuidadores, seja com os profissionais, é triste viu (Mendes, 2022, p. 52).

Sendo assim, é desvelado modos de sofrer que não se avista nos manuais de orientação isto porque, como é citado: “cada adolescente com uma personalidade diferente, tantas histórias de vida, não posso negar, é muito desafiador” (Mendes, 2022, n.p.). Revendo o que foi dito, como compreender o sentido atribuído a *casa*? Estaria relacionada com familiaridade? O fato de não terem “casa” sinaliza abandono? Heidegger (2012) auxilia quando realça que o *Dasein* (o ser do homem) é um *ser-em-mundo*, enfatiza a dimensão de inseparabilidade que há entre *Dasein* e mundo:

O ser-em não se refere a um espacial 'ser-um-dentro-do-outro' de dois entes subsistentes, assim como o 'em' não significa de modo algum, originariamente, uma relação espacial desse modo; em alemão, in, em, provém de innan = morar, habitar, demorar-se em; 'an' significa estou acostumado, familiarizado com, cuidado de algo, tendo a significação de colo, no sentido de habito e diligo. Esse ente ao qual pertence o ser-em entendido dessa maneira, nós já o caracterizamos como o ente que sou cada vez eu mesmo. Em alemão bin (sou) é conexo a bei, de sorte que ich bin (eu sou) significa, por sua vez, moro, detenho-me em... o mundo como o familiar deste ou daquele modo. Ser, como infinitivo de 'eu sou', isto é, como existenciário, significa morar junto a... ser familiarizado com... Ser-em é, por conseguinte, a expressão existenciária formal do ser do *Dasein*, o qual tem a constituição essencial do ser-em-mundo (Heidegger, 2012 [1927], p. 173, grifos nossos).

Desse modo, Heidegger realça que o ser do homem, em sua *estrutura* existenciária – *ser-no-mundo*, encontra-se num espaço de familiaridade, de abrigo e amparo que possibilita a conquista de um cotidiano apaziguador. De acordo com Barbosa (2020) o abrigo, por não ser definitivo e absolutamente seguro, resguarda no âmago de sua familiaridade a possibilidade de irrupção da condição inóspita que é o não estar em casa em parte alguma.

Nesse horizonte reflexivo, segundo Mendes (2022), “eles têm de criar vínculos”. Revela-se o quanto os profissionais estão enraizados nas diretrizes das políticas de atenção, em que o vínculo se mostra viabilizador da corresponsabilidade, continuidade e longitudinalidade do cuidado (Barbosa; Bosi, 2017). Nesse sentido, o vínculo humano se mostra como vetor significativo na promoção do cuidado nesses espaços institucionais. O proposto pelas normativas está distante do que é vivido em uma unidade de acolhimento e o quanto essa discrepância pode ocasionar sofrimento.

Me lembro de um caso em que o adolescente me disse: tia, eu não quero voltar para minha família, aqui é minha casa, vocês são minha família. E eu, como profissional e de acordo com o que a política fala, disse que ali não era a casa dele, que ele estava de passagem, sabe o que ele me disse? Eu não tenho lugar então, ninguém me quer, até aqui eu pensei que era meu lugar, não é, então eu não tenho lugar. Isso me abalou muito sabe, até hoje mexe comigo (Mendes, 2022, p. 53).

Revendo acima, o que seria família? Sabe-se que família é relevante para o desenvolvimento emocional e psicossocial do adolescente, entretanto, grande parte dos acolhidos chegam nas unidades com seus direitos violados e por vezes sem um referencial familiar. Como pode ser visto, adolescentes demandam muito além de cuidados básicos e suas demandas apelam por uma relação de carinho e de afeto que decorre da produção de cuidado à eles.

Pode-se considerar que as casas de acolhimento, muitas vezes, não percebem plenamente o sentido de acolher. Tendem a limitar-se ao conceito de *acolligere* no sentido etimológico da palavra que significa o *ato de receber, juntar ou recolher*. No entanto, de acordo com a cartilha de Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde (2010), entende-se acolher como: “dar acolhida, admitir, aceitar, dar ouvidos, dar crédito a agasalhar, receber, atender, admitir” (Ferreira, 1975, n.p.).

Sendo assim, acolher não se limita a um modo técnico de estar com o outro, mas uma disposição pessoal que envolve abertura, não cabe ao técnico dizer que o abrigo é passageiro, que não é lar, mas sim acolher dizeres de quem busca ser cuidado, nessa compreensão, cabe o dizer de Morato e Sampaio (2019) quando afirmam que é preciso *recolher*, para que o

outro/adolescente possa evidenciar-se no seu modo de ser, de realizar-se enquanto possibilidade. Nas palavras dos autores:

cabe-lhe o acolhimento do modo restrito, reconhecendo-o como modo possível do outro existir. Acolher, no entanto, não significa acatar e resignar. Ao contrário, acolher significa recolher: compreender que aquele modo de ser é o modo possível, porém, um modo restrito em sua liberdade de realizar-se enquanto possibilidades (Morato; Sampaio, 2019, p. 109).

Nesse contexto, a narrativa revela como as técnicas modernas estão presentes nas práticas das unidades de acolhimento, e destaca como as abordagens mecanicistas funcionam como um distanciamento que protege o profissional, evitando que seja emocionalmente afetado pelo sofrimento daqueles que atendem:

Percebi que é comum no cotidiano das práticas, que os profissionais que atuam nessa área, passem a adotar uma postura automatizada como forma de não se apegar ou se fragilizar com a história dos adolescentes, tendo em vista que a medida que uns estão chegando, outros estão saindo. Me parece, que muitos profissionais utilizam da indiferença para não terem que lidar com o fato de que em breve esses adolescentes não estarão mais naquele espaço (Mendes, 2022, p. 54).

Por certo, a transitoriedade das relações no viver, emergiu na fala da pesquisadora; o quanto as chegadas e partidas em fechamento de ciclos gera mal-estar nos processos de atenção. Percebe-se que estar com o adolescente acolhido, desaloja, mesmo viabilizando cuidados básicos à sua vida; torna-se um desafio deixar-se afetar por ele, ser uma das poucas referências de cuidado em ações institucionais de natureza não-familiar.

A transitoriedade das relações no contexto do viver em casas de acolhimento, evidencia-se nas chegadas e partidas dos adolescentes, associadas ao encerramento de ciclos, gerando desconforto nos processos de atenção. Percebemos que, embora o acolhimento do adolescente proporcione cuidados essenciais para sua sobrevivência, permanece um desafio de natureza emocional para o cuidador “deixar-se afetar” nos procedimentos junto a ele. Isso ocorre especialmente em contextos onde o cuidador atua como referências de cuidado para o adolescente, no entanto, a inserção em ações permeadas por vetores institucionais de natureza não-familiar, dificulta a construção de vínculos duradouros e afetivos.

Lembro que em conversas com algumas cuidadoras, ouvindo o que elas traziam sobre esse transitar de chegadas e partidas, me remeteu a lembrança de um “ninho vazio”, tendo em vista que o sofrimento nas narrativas dessas cuidadoras me fez lembrar do sofrimento que muitas mães relatam sentir quando um filho deixa o ninho (Mendes, 2022, p. 54).

O viver de um adolescente institucionalizado é marcada por vários rompimentos afetivos, não é raro, em suas comunicações, perceber a vivência de lutos decorrentes de perdas significativas, como por exemplo: perda do convívio com seu núcleo familiar, rompimentos de laços afetivos com os demais colegas acolhidos, com os cuidadores e equipe técnica, o que ocasiona sentimentos de abandono e de desproteção.

A gente é orientada a não se apegar, a não se envolver, não deixar o emocional interferir no trabalho, isso é impossível, a gente se apega, se envolve, a gente é humana, como é que eu convivo toda semana com uma adolescente que me chama de tia, que brinca comigo, que me pede conselhos e eu não vou ter carinho por ela? Não consigo (Mendes, 2022, p. 55).

Tal narrativa, parece assinalar o sofrimento dos técnicos em seu saber-ofício. Os manuais determinam o não *se apegar* a quem assiste nos abrigos. No entanto, os profissionais vivenciam o *estar com o outro* e desse modo são afetados na experiência, fato que os encaminha para outros modos de intervenção.

Nesse sentido, pode-se considerar que as relações estabelecidas entre o profissional e o adolescente em instituições de acolhimento, quando baseadas apenas em protocolos sem a devida reflexão crítica, não conseguem inserir na produção do cuidado a singularidade de quem se encontra em sofrimento, tampouco a compreensão que o adolescente atribui a si mesmo e ao mundo. Isso porque as práticas de atenção muitas vezes escondem possibilidades de abertura para o que surge em suas brechas e errâncias; no cotidiano das práticas há uma exigência de respostas que vão além do habitual nas atuações. Sendo assim, vale ressaltar cartografias clínicas que encaminham a outros modos de estar junto ao adolescente. Nessa compreensão, Oliveira (2016) esclarece:

[...] Para Heidegger o homem está se desapropriando do seu solo (Grund) de origem, ou seja, daquilo que lhe é mais próximo e autêntico. A atualidade configura-se como estranha ao ser humano, distante, poluída, modificada, instável, mecanizada, etc., o que faz com que o indivíduo contemporâneo não forme vínculos, não se enraíze, pois o horizonte de sentido que a técnica produz é fechado (Oliveira, 2016, p. 93).

Nessa perspectiva, as leis que permeiam o que está estabelecido como saber-fazer, seja por meio de manuais de orientação ou políticas, podem ser vistas como verdades absolutas para as ações realizadas em abrigos de adolescentes. Percebe-se que a fluidez das experiências, o pensamento reflexivo que medita, o diálogo e a fusão de horizontes compreensivos entre profissionais, muitas vezes não são evidenciados no cotidiano das práticas, o que reduz a

compreensão dessas ações a meras engrenagens de um saber-fazer instituído sem espaços para compartilhar sobre a vida em seus contextos.

As narrativas anunciadas revelam que as ações de acolhimento não trazem à luz dimensões existenciais do padecer, reacendem a importância de se refletir sobre o encontro entre o técnico e o acolhido no que tange às diferenças de seus horizontes compreensivos. Nesse sentido, Heidegger (2001), ao informar sobre a essência da técnica moderna, acende a composição do tecnicismo como instrumento que interfere no desencobrimento de novas possibilidades de sentido dado às coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas expostas serviram para uma abertura compreensiva de que a prática em instituições de acolhimento não segue um roteiro previsto. Em meio a um excesso de diretrizes, procedimentos técnicos e manuais de orientação, foi possível observar a tensão entre teoria e prática nas atitudes dos técnicos que informam lacunas durante a formação profissional ante as demandas de acolhimento institucional.

Nas narrativas, encontra-se a insuficiência da representação científica ante a dimensão do existir em uma unidade de acolhimento. Nesse caminho, torna-se viável refletir sobre a técnica moderna empregada nos procedimentos de atenção que atravessa as práticas à luz da crítica heideggeriana sobre a racionalidade científico-natural acerca do homem.

O estudo mostrou que a temática de acolhimento institucional é pouco evidenciada na formação de psicólogos e assistentes sociais. Realça a importância de uma compreensão crítica dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos nas intervenções, não podendo ser reduzidos aos avistados em manuais, diretrizes, roteiros de atendimento, que por vezes, não abarcam a realidade de quem é assistido. No cotidiano das práticas, o adolescente ainda não é visto como pessoa de direitos, o avanço nesta área é lento, tendo em vista que as Leis vigentes de proteção do adolescente, ainda não abarcam às complexidades das questões existenciais.

Diante do exposto, percebemos a importância de espaços de convivência e de reflexão entre profissionais. Dessa forma, é possível avistar lacunas nos discursos que encaminham para práticas comprometidas com as condições de educação e de saúde na assistência oferecida no campo de Proteção Especial de Alta Complexidade.

As narrativas trazem indicativos de que o trabalho em rede apresenta lacunas significativas nas práticas de atenção em saúde mental. Nessa vista, é importante atentar para o direcionamento dos fluxos na rede, de modo a promover a articulação entre os equipamentos

que atuam na garantia de direitos do adolescente institucionalizado. O compartilhamento de experiências entre profissionais envolvidos produz uma corresponsabilização pelas demandas, viabilizando discussões, reflexões e intervenções conjuntas junto às famílias.

(In)concluindo, é possível construir novos caminhos à prática em unidades de acolhimento para adolescentes, ampliando discussões em saúde mental, considerando a singularidade existencial de cada acolhido. Nesse horizonte reflexivo, o estudo contribuiu para pôr em reflexão modos de atenção que podem favorecer o fortalecimento das relações comunitárias e das políticas de desinstitucionalização, substitutivas aos modelos manicomiais.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARBOSA, Caroline. **Habitar o inóspito**: a condição humana de desabrigo a partir de Martin Heidegger e Sigmund Freud. Bauru: [s. n.], 2020.

BARBOSA, Maria Idalice; BOSI, Maria Lúcia. Vínculo: um conceito problemático no campo da Saúde Coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, 2017.

BARREIROS, Gilberto; MORATO, Henriette. O encontro reflexivo como possibilidade de intervenção clínica em instituição educacional e grupo comunitário. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/j8NJqZ4BBtCtWfMkkP3hbQg/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2. ed. 5. reimpr. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

DENZIN, N. K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEIJOO, A. M. L. C. **A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais**. Rio de Janeiro: Edições IFEN; Via Verita, 2011. 207 p.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADAMER, H. **Verdade e método II: complementos e índice**. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2002.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução, organização, nota prévia, anexos e notas de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes, 2012.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Cavalcanti Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, N. S. S. **Adolescentes em unidades de acolhimento: promoção do cuidado à luz da intervenção psicossocial**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia - Práticas e Inovação em Saúde Mental) - Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2022.

MINAYO, Maria Cecília; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como *éthos* da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2026.

MORATO, Henriette Tognetti Penha; SAMPAIO, Vitor Faustino. A escuta clínica como um pesquisar fenomenológico existencial: uma possibilidade no horizonte da realização da existência. **Arquivos do IPUB**, Rio de Janeiro, v. 1, 2019. Disponível em: <https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/v1n1a08.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.

OLIVEIRA, Fabrício. **A psicoterapia fenomenológica como horizonte de cuidado (Sorge) na era da técnica**. Maringá, 2016. Disponível em: <https://ppi.uem.br/teses-e-dissertacoes-recuperadas/fabricio-ramos-de-oliveira-a-psicoterapia-fenomenologica-como-horizonte-de-cuidado-sorge-na-era-da-tecnica>. Acesso em: 8 jun. 2026.

ROSA, Edinete *et al.* O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/QVVHczLbvV4X73CyBRQpPbH/?format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2026.

SANTANA, A. M. **Contribuições da Fenomenologia Existencial à Prática Psicológica em Saúde**. 2017. 139 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, A. M. A. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudança na história brasileira. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: 6º CRESS, 2013.

SILVA, Enid; AQUINO, Luseni. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: IPEA; CONANDA, 2004.